

### 3. Tempo

## *Canudos Destruído em Nome da República*

*Uma reflexão sobre as causas políticas  
do massacre de 1897*

Jacqueline Hermann\*

### **Canudos 1897: o massacre faz cem anos**

A história da guerra ou do movimento de Canudos tem sido incansavelmente contada ao longo dos últimos cem anos. Analisada em várias de suas possíveis dimensões, este episódio ensejou diversas interpretações e marcou tragicamente o processo de transição política que deu origem ao regime republicano brasileiro. A busca de explicações para a necessidade do extermínio de uma população que chegou a se estimar em 25.000 sertanejos miseráveis e mal armados produziu inúmeros trabalhos, dos quais, certamente, o clássico de Euclides da Cunha foi o que mais contribuiu para que a saga conselheirista fosse conhecida e discutida dentro e fora do Brasil.

Considerado um livro definitivo no processo de formação do pensamento sociológico brasileiro, *Os sertões*<sup>1</sup>, mais que construir uma história que acabaria se tornando uma espécie de matriz referencial para a interpretação do sentido de Canudos, manteve-se como um testemunho privilegiado dos questionamentos que dominaram os debates intelectuais no final do século passado. Ao refletir sobre uma guerra fratricida que opunha o litoral do país — considerado avançado e civilizado — ao interior de um Brasil que ainda conservava uma parte significativa de seu povo mergulhado no mais profundo atraso, Euclides da Cunha expôs de forma contundente uma fratura quase irremediável para o projeto nacional pensado pelos intelectuais que aderiram e defenderam com afinco a causa republicana.

Dividido entre a compaixão e a reprovação, embora este último aspecto tenha dado o tom de sua análise sobre Antônio Conselheiro, *Os sertões* foi obra que imortalizou e vulgarizou boa parte das discussões que permeavam os principais centros da intelectualidade brasileira na passagem do século XIX para o XX. Vale lembrar a marca indiscutível das teorias do médico

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Professora visitante de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

<sup>1</sup> *Os sertões*, cuja primeira edição é de 1902, foi elaborado a partir de um conjunto de reportagens feitas por Euclides da Cunha como correspondente do jornal *O Estado de S.Paulo*, publicadas posteriormente sob o título de *Caderneta de campo*. Euclides da Cunha partiu para Canudos em agosto de 1897, quando portanto já estava em curso a quarta e última expedição militar contra o reduto dos conselheiristas.

baiano Raimundo Nina Rodrigues na determinação da “doença grave” do líder sertanejo, “documento raro de atavismo”, nas palavras de Euclides da Cunha, considerado por alguns especialistas como um dos mais fiéis discípulos do autor de *A loucura epidêmica de Canudos*<sup>2</sup>. Herdeiros de um conjunto de teorias que se estruturavam na Europa e que gradativamente, desde a primeira metade do século XIX, caminhavam para a reprovação social, cultural e moral dos agrupamentos humanos oriundos da mistura de raças, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha tiveram no impressionante caso dos sertanejos de Canudos um laboratório privilegiado para o teste “definitivo” do efeito deletério e nefasto provocado pela miscigenação de que resultara esta espécie considerada então racialmente incompleta \_\_ o sertanejo<sup>3</sup>.

Se a busca de explicações “científicas” deu ensejo a elaborações que deixaram Canudos “sitiado pela razão”<sup>4</sup>, do ponto de vista político, e no calor dos acontecimentos, a ousadia sertaneja chegou ao seu ápice com a morte do coronel Moreira César, líder da terceira expedição ao arraial e a primeira que incluía forças e comando federais, em março de 1897. Mas, indo além do evidente peso desse episódio para o desenrolar dos acontecimentos que levaram ao extermínio definitivo dos conselheiristas, uma observação mais atenta das lutas políticas que marcaram esse momento delicado da recém-inaugurada República pode desvendar um conjunto de questões que jamais tiveram na resistência sertaneja seu foco privilegiado de tensão. Refiro-me, especificamente, ao tortuoso quadro político que marcou a passagem da liderança militar para o grupo político que, tendo à frente os cafeicultores paulistas, deu início ao primeiro governo civil do novo regime, em 1894.

Na verdade, este momento só tornava ainda mais explícitas as disputas em torno da legitimidade da liderança militar que proclamara a República, alvo de acirradas e continuadas críticas desde o primeiro momento da constituição do governo de Deodoro da Fonseca. A ação militar da proclamação e a falta de um reconhecimento mais amplo da legitimidade desse grupo político, além das dissensões internas do próprio Exército, tornaram extremamente frágil a adoção de um governo militar para a República brasileira. Se na luta contra a monarquia e todos os seus pressupostos o conjunto dos republicanos parecia unido, depois da proclamação o

---

<sup>2</sup>Mariza Correa é uma das autoras que considera Euclides da Cunha um dos maiores seguidores do que se tornaria a conhecida Escola Nina Rodrigues (cf. *As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo, tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1983). Este trabalho de Nina Rodrigues, *A loucura epidêmica de Canudos*, foi publicado em 1897, no calor dos acontecimentos da quarta e última expedição, e quando a destruição do arraial já se tornara uma questão de Estado. Sua explicação para a fúria dos sertanejos e para o necessário extermínio dos conselheiristas pelo Exército brasileiro se estruturou no diagnóstico da doença contagiosa de Antônio Conselheiro ( “psicose sistemática progressiva (...), delírio crônico (...), paranóia primática dos italianos...”), desenvolvida ao longo de sua tumultuada vida familiar, que incluiu a perda da casa comercial herdada do pai e a fuga da mulher, Brasilina Laurentina de Lima, com um integrante da polícia da província, João da Mata. Parece datar deste período, a década de 1860, o início da vida errante do futuro beato.

<sup>3</sup>Para uma análise recente das principais teorias européias que embasaram as leituras dos cientistas brasileiros sobre o “desastroso” efeito da mistura de raças, ver Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

<sup>4</sup>Para uma análise de *Os sertões* e do trabalho de Nina Rodrigues, a partir de seus pressupostos científicistas, ver Jacqueline Hermann, “Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a ‘loucura’ sertaneja”, Curitiba, *Questões e Debates*, 1996.

embate entre diferentes projetos políticos e institucionais opôs de forma definitiva pelo menos dois grandes grupos: militares e civis.

Quando Moreira César foi morto no sertão baiano, o primeiro governo civil e paulista da república, encabeçado por Prudente de Moraes, já estava no seu terceiro ano. Nesse período, a oposição política do grupo militar que deixara o poder só fizera crescer e encontrara agora, na morte de um de seus mais ilustres representantes, um fortíssimo argumento para questionar a legitimidade dos verdadeiros princípios de um governo que não conseguia proteger suas instituições contra os defensores da restauração monárquica, forma como passaram a ser identificados os conselheiristas.

A partir destas questões, minha intenção é analisar como alguns discursos veiculados por uma parte da imprensa do Rio de Janeiro, então capital federal, procuraram justificar a necessidade da repressão ao grupo liderado por Antônio Conselheiro e, enfocando a conjuntura política que produziu e alimentou esses discursos, discutir a hipótese de que a magnitude e a ferocidade do combate ao arraial de Canudos resultaram não do efetivo perigo restaurador representado pelos miseráveis sertanejos, mas de um cenário político específico que fez da destruição de Canudos a prova necessária e urgente para a confirmação do compromisso assumido com os princípios de um governo verdadeiramente republicano.

A questão é ressaltar a importância e a envergadura do debate político que opôs civis e militares e levou à supervalorização dos conselheiristas como poderosos inimigos da nação, aspecto que só ganhou contornos grandiosos depois da morte de Moreira César. O objetivo deste texto é fornecer elementos para que a reflexão sobre a guerra de Canudos passe a considerar mais cuidadosamente o contexto político que transformou famintos sertanejos em inimigos nacionais, processo que legitimou a construção de uma identidade, de um lado, e a necessidade da exclusão física do opositor, de outro. Esta mesma linha de raciocínio pode ser empregada para os argumentos que embasaram o discurso cientificista que, opondo civilização e barbárie, pregou a necessidade científica, social e moral da eliminação de brasileiros considerados híbridos e defeituosos, “naturalmente” avessos à ordem e ao progresso. Nessa perspectiva, voltar a discutir o extermínio de Canudos, cem anos depois, a partir do binômio identidade e exclusão, parece tão contemporâneo quanto falar do enorme fosso que ainda separa o discurso da prática efetiva do exercício pleno da cidadania no Brasil neste final de século e de milênio.

### ***Enfrentando mistificações***

Poucos foram os trabalhos produzidos sobre a guerra ou o movimento de Canudos que se detiveram com maior cuidado sobre o gravíssimo momento político que antecedeu à decisão político-militar de exterminar os seguidores de um beato errante que se estabelecera na Fazenda Belo Monte lá pelos idos de 1893 . Os autores que se debruçaram sobre o tema apenas tangenciaram uma questão crucial, que continua sem resposta. Afinal, por que só quatro anos depois de instalados numa área extremamente seca e infértil, no sertão de um estado que perdera gradativamente sua importância econômica, os conselheiristas se tornaram um problema que punha em risco a manutenção da ordem republicana?

Euclides da Cunha, por exemplo, contou a história da campanha de Canudos a partir de suas inquietações sobre a formação da nação brasileira e dos entraves que impediam a

concretização dos pressupostos positivistas que aliavam ordem e progresso. Canudos era a representação do paroxismo a que o atraso poderia levar o país, caso o Brasil não assumisse o claro compromisso de se unir ao mundo civilizado. *Os sertões* narra as expedições militares que destruíram o arraial e coloca a serviço do leitor a extraordinária sensibilidade de Euclides para a descrição do sertanejo e de seus costumes, mas passa ao largo das motivações que tornaram necessária uma atuação tão violenta por parte do Exército. Euclides da Cunha partiu para o teatro dos acontecimentos, como correspondente de *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 1897, quando a destruição de Belo Monte já se tornara questão nacional. Partira com a convicção de que se tratava de uma autêntica conspiração monárquica contra a qual era necessário lutar sem descanso, mas, ao chegar ao sertão, deparou-se com uma população miserável e uma realidade completamente diferente da que conhecia no litoral “civilizado”. O impacto, pouco a pouco, alterou seu enfoque de análise e acabou por produzir um dos primeiros estudos sociológicos do Brasil. Mas seu trabalho retrata um momento posterior ao embate político ao qual me refiro e nos conta apenas o destino final e irremediável a que já havia sido condenado o reduto conselheirista.

Outros trabalhos privilegiaram não a guerra, mas o sentido da organização do arraial e do papel de Antônio Conselheiro, como foi o caso, para citar somente os clássicos, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, de Duglas Teixeira Monteiro e, numa vertente que acabou por transformar a resistência conselheirista em luta pela terra e contra o latifúndio, o célebre *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó<sup>5</sup>. Claro que não se deve cobrar destes autores o que eles não se propuseram a fazer, mas para o que nos interessa aqui importa mencionar como, ao procurarem focar os objetivos da reunião sertaneja no arraial, acabaram construindo um sentido para a resistência dos canudenses que, até hoje, tem permitido o aparecimento de um sem número de explicações, muitas vezes anacrônicas e completamente inverossímeis para o contexto no qual esta imprecisa população de cerca de 25.000 pessoas estava inserida.

Parece ser consenso, hoje, o fato de que a deflagração do conflito que opôs os conselheiristas às forças policiais começou com um incidente em Juazeiro, em junho de 1896, causado por uma controvertida compra de madeira para o término da cobertura de uma das inúmeras igrejas que o Conselheiro construía ao longo de sua vida errante. A razão real do conflito, para alguns autores, foi a chegada a Juazeiro do juiz de Direito Arlindo Leoni, antigo adversário do Conselheiro, autoridade que passou a incitar os negociantes locais a não atenderem ao beato. Seja como for, a motivação para um primeiro enfrentamento com as instituições locais não teve qualquer relação com uma postura de contestação explícita da ordem republicana e, considerada a inimizade com o juiz, esta desavença aparece mais como um problema de cunho pessoal que religioso ou político. Assim, embora os trabalhos que procuraram analisar as razões da formação do arraial não tenham privilegiado o cenário político que antecedeu a decisão do extermínio do grupo, ao encontrarem nas bases de sua resistência projetos políticos acabados, terminam, de um lado, conferindo aos sertanejos objetivos difíceis de demonstrar, e de outro, mesmo sem querer, oferecendo justificativas para a urgência do enfrentamento bélico. A

---

<sup>5</sup>Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo Alfa-Ômega, 1977, 2a.ed.; Duglas Teixeira Monteiro. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”, *HGCB*, vol.9, Tomo III. São Paulo, DIFEL, 1985, 3a.ed., e Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed., 1965 ( a primeira edição é de 1963 ).

necessidade da guerra ganha sentido nestas duas linhas interpretativas, embora seus argumentos básicos sejam aparentemente contraditórios e mesmo antagônicos.

Seria impossível para os limites de um artigo inventariar todos os trabalhos escritos sobre Canudos, seja por sociólogos, antropólogos, escritores e mesmo pelos poucos historiadores que se dedicaram ao tema, com base no uso sistemático de fontes<sup>6</sup>. Para não cometer injustiças e ainda para não transformar este texto em um balanço historiográfico, comentarei apenas dois trabalhos de historiadores lançados mais recentemente e que são estudos de maior fôlego. Os dois foram publicados em 1995 e resultaram de extensa pesquisa documental. O de Marco Antônio Villa, *Canudos. O povo da terra*, pelo título já sugere a direção de sua análise \_\_ e, da mesma forma que o de Robert M. Levine, *O sertão prometido. O massacre de Canudos* \_\_, pretende rediscutir as causas e os objetivos da formação do arraial.

Marco Antônio Villa descarta todas as análises que consideraram o arraial como uma comunidade messiânica, sebastianista, milenarista ou socialista utópica e acredita que seu trabalho ajuda a “compreender a experiência conselheirista como um grande momento da história nordestina, onde os sertanejos lutaram para construir um mundo novo, enfrentando o Estado dos *landlords*”. Nessa perspectiva, seu trabalho se insere naquela fértil linha de análise que conferiu aos seguidores de Antônio Conselheiro uma politização acentuada e uma consciência razoável de seus projetos. Quanto ao aspecto aqui analisado \_\_ o peso das disputas políticas na capital federal para o julgamento do destino dos canudenses \_\_, o autor apenas as enuncia, mas acaba dando um peso maior à política baiana no momento da transição do regime, numa análise coerente com uma proposta que busca no arraial e nas suas relações com o governo estadual as razões da guerra<sup>7</sup>.

Robert Levine, historiador americano há algum tempo voltado para o tema dos messianismos, procura “interpretar Canudos”, tentando “compreender todo o mundo de Canudos e o papel de seu líder \_\_ Antônio Conselheiro, sua teologia e suas motivações”, dirigindo sua análise para o terreno de uma abordagem de fundo religioso. Levine conclui ter sido Canudos um movimento milenarista, organizado a partir de uma “estrutura comunal forte e recíproca de deveres e compensações”, reeditando antigas leituras e embasando sua análise nos modelos das revoltas rurais européias. No que tange ao contexto que tornou Canudos o inimigo maior da República, Levine relaciona sertão e litoral apenas para realçar o desprezo dos políticos pelos problemas rurais dos país, foco central da revolta “inconsciente” dos sertanejos<sup>8</sup>.

Na perspectiva adotada por estes dois autores, os sertanejos \_\_ seja porque lutavam pela terra, seja porque, como não a conseguiam, buscavam a solução de seus problemas no campo religioso e, por isso, recusavam a laicidade do poder republicano \_\_ aparecem munidos de projetos estruturados e bem definidos, que justificavam a reação enérgica e necessária das

---

<sup>6</sup>Muitos trabalhos abordaram ora a guerra, ora o movimento de Canudos, inserindo-o, muitas vezes, no quadro dos chamados messiânicos brasileiros, como foi o caso de Maria Isaura Pereira de Queiróz no trabalho já citado, na verdade uma abordagem mais sociológica que histórica. Mas sem dúvida o maior estudioso do tema há décadas é José Calasans, com trabalhos como *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro* ( 1950 ); *No tempo de Antônio Conselheiro* ( 1959 ) e, mais recentemente *Quase biografia de jagunços* ( 1986 ); *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico* ( s/d ) e *Aparecimento e prisão de um Messias* ( s/d ).

<sup>7</sup>Marco Antônio Villa. *Canudos. O povo da terra*. São Paulo, Ática, 1995, p. 12.

<sup>8</sup>Robert M. Levine. *O sertão prometido. O Massacre de Canudos*. São Paulo, Edusp, 1995, p. 32 e p. 343, respectivamente.

forças legais. Entretanto, nenhuma das duas leituras conseguiu ultrapassar os limites interpretativos dos modelos teóricos e ideológicos que as informam, isto porque não só são escassos os documentos produzidos pelos conselheiristas — mesmo as prédicas atribuídas a Antônio Conselheiro têm sua autoria discutida —, como estes poucos registros não oferecem indícios suficientemente seguros de planos muito elaborados. A questão aqui colocada não pretende desvalorizar a possível luta dos canudenses em busca de melhores condições de vida, mas tão somente contextualizar a construção de discursos que arquitetaram propostas para a saga conselheirista que, a rigor, ainda aguardam maiores estudos comprobatórios.

A reunião de um pequeno grupo de seguidores do beato Antônio Conselheiro numa fazenda abandonada às margens de um rio chamado Vaza Barris parece ter se iniciado em 1893, depois de um suposto e não comprovado ataque sofrido em Masseté, por razões que variam desde a sempre aludida resistência dos conselheiristas ao pagamento de impostos, até a improvável reação militar a uma possível pregação do Conselheiro sobre a existência de uma terra sagrada no alto sertão. Depois desse primeiro entrevero, somente em 1896 os sertanejos de Canudos voltaram a ter outro enfrentamento com a polícia local. Isto é reconhecido até mesmo até mesmo pelos autores que encontram no arraial algum indício de periculosidade para a ordem estabelecida.

Em 1893, data do início da formação do arraial, Canudos já contava com 1.250 sertanejos, segundo dados citados em *Os sertões* e tidos como corretos pela maioria dos autores que tentou fazer uma estimativa do crescimento populacional de Canudos. Segundo esta mesma fonte, em 1895 a fazenda Belo Monte reuniria cerca de 5.000 habitantes e, finalmente, em 1897 congregaria os 25.000 que terminaram debelados pelo Exército<sup>9</sup>. Parece evidente que só a extraordinária multiplicação do contingente populacional do arraial no período de dois anos explicitaria o perigo representado por um grupo tão numeroso de sertanejos armados numa cidadela cujo tamanho demográfico só rivalizaria com Salvador, a capital do estado. Entretanto, parece impossível utilizar os números fornecidos por Euclides da Cunha como dados confiáveis de uma fonte histórica segura, sobretudo porque o aspecto literário e ficcional do texto lhe eximiram de qualquer necessidade de comprovação dos dados demográficos citados. Aliás, os números fornecidos por documentos oficiais do estado da Bahia no período parecem desmentir o vigor do crescimento populacional do arraial.

Segundo a *Memória do Estado da Bahia* de 1893<sup>10</sup>, feita por ordem do governador Joaquim Manoel Rodrigues de Lima para representar a Bahia na Exposição Internacional de Chicago realizada neste mesmo ano, os municípios vizinhos da freguesia do Cumbe, onde se situava a fazenda Belo Monte, contavam, em 1892, com populações que variavam de 4.504 habitantes (Santo Antônio das Queimadas) a 17.995 (Inhambupe). A freguesia onde o Conselheiro reunira seu pessoal só em 1899 foi elevada à categoria de vila, o que significa dizer que, com base nos dados oficiais, torna-se quase impossível supor que o arraial contasse com um

---

<sup>9</sup>Estes dados foram citados recentemente por um texto que procura analisar exatamente os aspectos demográficos do arraial, por Yara Dulce Bandeira de Ataíde, “As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro” in *Revista USP, Dossiê Canudos*, dez/1993-fev/1994, n.20, pp. 89-99. A autora menciona claramente o trabalho de Euclides da Cunha como fonte para suas conclusões.

<sup>10</sup> *Memória sobre o Estado da Bahia, feita por ordem do Exmo. Sr. Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, governador do Estado da Bahia*, Bahia, Typographia e encadernação do “Diário da Bahia”, 1893.

número maior de habitantes que os de um município em 1895. Se, por um lado, pode-se imaginar que o governo local não considerava, do ponto de vista político-administrativo, a fazenda conselheirista uma cidade, por outro, parece certo que se já a percebesse como um foco de perigo não hesitaria em apontar a região como alvo pelo menos de preocupação em seus relatórios anuais, desde a chegada de seus primeiros habitantes, em 1893, fato que a documentação não evidencia, como veremos.

Quanto aos dados populacionais para a região, não há como esquecer o alto índice de migração numa área infértil e na qual os vínculos com o cultivo da terra e com seus proprietários eram frágeis, sobretudo se considerarmos uma população sem qualquer qualificação profissional específica. Logicamente que este argumento relativiza os dados oficiais, mas torna ainda mais difícil a aceitação dos números oficiosos de *Os sertões*, a menos que concordemos com as teses que vêem em Canudos um agrupamento deliberado ou de facínoras ou de camponeses aguerridos e politizados. A hipótese mais plausível para o crescimento demográfico do arraial parece ser a que combina um novo e acentuado processo de exclusão e marginalização de camponeses itinerantes, praticamente ignorados pelo projeto econômico e social que investia na mão-de-obra estrangeira “trabalhadora e ordeira” para colocar a Bahia nos trilhos do progresso, com o sucesso alcançado pelos conselheiristas nas três primeiras expedições. De qualquer modo, como os dados do Exército ainda não foram suficientemente estudados e os números disponíveis nos permitem acreditar num superdimensionamento do grupo, uma estimativa mais realista da população de Canudos ainda está por fazer.

Nessa perspectiva, se não estava simplesmente no tamanho da comunidade conselheirista o perigo à estabilidade política da região, seria de esperar que desordens e tumultos causados por seus habitantes constassem dos relatórios oficiais<sup>11</sup> que prestavam conta anualmente do andamento da economia, dos contratos e das dificuldades do estado, havendo ainda uma parte destinada especificamente a relatos sobre “Tranquilidade e Segurança Pública”. Entretanto, ao examinarmos estes documentos para todo o período em que os seguidores do Conselheiro se mantiveram estabelecidos no arraial que ganharia as páginas dos principais jornais da capital federal do país, veremos que só depois da morte do coronel Moreira César, em março de 1897, a comunidade conselheirista passou a freqüentar os relatórios governamentais. A ausência de Canudos dos relatórios, vale dizer, não é fato desprezível, embora nunca tenha sido devidamente salientada.

Os relatórios de cada ano faziam o balanço do ocorrido no ano anterior, e o de 1894, assinado por Joaquim Manoel Rodrigues de Lima, que assumira o governo “pelo sufrágio direto e espontâneo” em 1892, começa congratulando o governo federal pelo êxito no enfrentamento da Revolta da Armada<sup>12</sup>, “motivo para justo regozijo dos brasileiros, porque concorrera de modo decisivo para a consolidação das instituições republicanas de nossa pátria”. A explicitação da

---

<sup>11</sup> *Mensagens e Relatórios Apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador do Estado da Bahia*, de 1892 a 1990, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Microfilmes.

<sup>12</sup> A Revolta da Armada \_\_ que manteve o governo sitiado na própria capital da República, de setembro de 1893 a março de 1897 \_\_ foi a última resistência frontal enfrentada pelo governo liderado por Floriano Peixoto. Inconformados com o descumprimento da Constituição de 1891 \_\_ que previa eleições em casos como o de Deodoro da Fonseca, que renunciara dois anos antes \_\_, os revoltosos procuraram intimar Floriano a convocar eleições para a presidência.

aliança com os compromissos da nova ordem institucional era uma exigência fundamental para o delicado momento político que oporia de forma contundente o grupo pró-florianista que acabara de deixar o poder e a liderança civil dos paulistas que chegava ao governo através de Prudente de Moraes, em 1894. Quanto à tranquilidade pública do Estado, afirmava que:

“A ordem pública não foi alterada, exceto em um ou outro ponto, como na comarca de Comissão, onde uma horda de bandidos, impulsionados pelo roubo, atacaram a florescente vila do Mundo Novo, já normalizada. (...) Este governo não tem outro objetivo, e a consciência não o acusa de ter faltado ao seu dever na adoção pronta e imediata de medidas e providências de todo o gênero no intuito de fazer respeitar a lei e manter a tranquilidade geral do Estado...”<sup>13</sup>.

Para o ano seguinte, 1895, a Secretaria de Polícia fornece os mesmos informes tranquilizadores:

“Nesta capital a ordem pública tem sido mantida havendo um ou outro conflito de somenos importância (...). O interior do estado continua infelizmente a despertar apreensões e a exigir as mais enérgicas medidas mesmo de exceção e de rigor para que possam ser restituídas à paz a paragens devastadas por bandidos e celerados, já habituados à prática dos mais hediondos delitos. ( ... ). Andaraí, Lençóis, Campestre, Chapada Velha e algumas outras localidades continuam a ser devastadas pela horda de malfeitores, cuja ocupação única é o saque, acompanhado de assassinatos a até atentados ao pudor das famílias (...). Em quase todas as outras localidades do interior e do litoral as populações vivem em completa paz, principalmente devido à boa índole dos nossos concidadãos ”<sup>14</sup>.

Duas questões devem ser ressaltadas nessa última citação. Primeiro o fato de todas estas comarcas mencionadas se localizarem no sul do estado, área mais próspera e destinada preferencialmente a colônias de imigrantes que as autoridades já haviam instalado ou pretendiam estabelecer na região. Em nenhuma das vilas ou municípios que circundavam o arraial conselheirista \_\_ Itapicuru, Inhambupe, Geremoabo, Massaracá, Monte Santo ou Queimadas \_\_, teria ocorrido perturbação da ordem, muito pelo contrário, como assevera a parte final da citação. Segundo, embora redundante, vale registrar que o nome dos lugares que concorriam para a intranquilidade pública eram textualmente relacionados, o que nos permite afirmar com segurança que, dois anos depois de instalados em Canudos, seus integrantes eram considerados “concidadãos de boa índole” para as autoridades civis do estado. Digo civis porque foi exatamente no ano de 1895 que o arraial recebeu a visita de frei João Evangelista de Monte Marciano, enviado pelo arcebispo da Bahia, D.Macedo Costa. Esta iniciativa se ancorava no chamado processo de “romanização” que procurava retomar um contato mais estreito da Igreja com os fiéis.

<sup>13</sup> *Mensagem e Relatório*, Secretaria de Polícia, Ordem Pública, 1894, p. 8-9.

<sup>14</sup> *Mensagens e Relatórios*, 1896, referente ao ano de 1895. O balanço do ano de 1894 está totalmente mutilado no microfilme da Biblioteca Nacional e não foi encontrado nem no Arquivo Nacional, nem no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta lacuna, entretanto, não compromete a hipótese formulada, já que mesmo em 1895 a região de Canudos não é citada como ameaçadora da ordem.



No Brasil, segundo Riolando Azzi<sup>15</sup>, uma das questões a enfrentar era a disseminação do que chamou de catolicismo popular, eivado de “ignorância, superstição e fanatismo”, aspectos que precisavam ser arduamente combatidos. A missão de frei João Evangelista se inseria nesse projeto de chamar o Conselheiro e seus “infelizes asseclas aos deveres de católicos e cidadãos, que de todo esqueceram e violam habitualmente com as práticas as mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a república”<sup>16</sup>. Como se pode ver, além do compromisso especificamente religioso, a Igreja já assimilara a adesão à nova ordem laicizada do poder que, se por um lado lhe deu liberdade organizacional com o fim do padroado, por outro lhe fez perder o lugar cativo que até a instauração da República tivera na esfera política.

O relatório apresentado pelo religioso é mais um exemplo claro dessa perda de poder da Igreja. Recebido pelo Conselheiro, o enviado de D.Macedo Costa não teve nenhuma dificuldade em rezar missas, fazer batizados ou casamentos, apesar de deixar clara sua missão: “aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho, no interesse de cada um e para o bem geral”. Mas ao insistir em pregar pela adesão dos conselheiristas à nova ordem institucional, acabou praticamente expulso do arraial, de onde saiu com a convicção de que

“A seita político-religiosa, estabelecida e entricheirada nos Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo, é um pequeno cisma na igreja baiana, é, principalmente, um núcleo na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído do país.”<sup>17</sup>

Esta interpretação e este alerta não foram, entretanto, suficientes para que as forças locais sequer considerassem a periculosidade da comunidade até 1895. Antes desse documento, um outro é citado por Marco Antônio Villa como tendo sido, provavelmente o primeiro a considerar, em 1894, que os habitantes de Canudos afrontavam as autoridades e ao próprio governo, “não consentindo que ali entrem senão os seus adeptos fanáticos”. Preocupado fundamentalmente com os problemas financeiros do município de Monte Santo, o intendente João Cordeiro de Andrade apontava a “ignorância, superstição e fanatismo” do povo que não compreendia o “progresso político (...) que nos trouxe o grande sistema democrático organizado com a proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil”<sup>18</sup>. Na verdade, esta verdadeira aversão aos preceitos laicos e positivistas da nova ordem política longe estiveram de ser exclusividade do séquito de Antônio Conselheiro. Ralph Della Cava, analisando o milagre do padre Cícero no Cariri, Ceará, em 1889, conclui que tanto para uma parte do clero como para os fiéis, “as palavras republicano e maçom eram quase sinônimas e ambas se associavam à idéia de atentado à Igreja Católica e de perseguição aos cristãos”<sup>19</sup>. Mas a explícita resistência dos conselheiristas à República ainda

---

<sup>15</sup>Cf. Riolando Azzi, *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*, Petrópolis, Vozes, Cadernos de Teologia Pastoral, n.7, 1977, p. 9-11.

<sup>16</sup>Frei João Evangelista de Monte Marciano, *Relatório apresentado ao arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos*, Bahia, Typographia do Correio de Notícias, 1895, p.2.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup>Marco Antônio Villa, op. cit., p. 68-70. O autor teve acesso a sete páginas do relatório dirigido ao Conselho Municipal de Monte Santo no ano de 1894. Este documento estava em poder do acervo particular do neto do intendente, Jonas Cordeiro de Andrade.

<sup>19</sup>Cf. Ralph Della Cava, *Milagre em Joazeiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.36.

estava longe de ser concebida pelas autoridades policiais da Bahia. O documento do intendente não chegou a gerar sequer um pequeno comentário nos relatórios de 1894 e 1895.

O primeiro registro oficial do governo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e a fazenda Belo Monte só aparece na “Mensagem ao Presidente da República” datada de 15 de março de 1897<sup>20</sup>, depois, portanto, da morte de Moreira César. A essa altura, o governador baiano já era Luiz Vianna e este documento procurava não só demonstrar seu pesar pela “perda irreparável de uma porção de seus filhos, que honrando o exército brasileiro, fora dele arrebatado pela fúria do fanatismo aplaudido pelos inimigos das instituições vigentes...”, como pretendia justificar o gravíssimo incidente que deixara seu governo sob suspeita. Isto porque esse momento explicitou de forma contundente a oposição dos chamados “jacobinos”<sup>21</sup>, grupo heterogêneo e radical composto por intelectuais, parlamentares, políticos ligados a oligarquias estaduais, e sobretudo militares, adeptos da retomada do poder pelo Exército.

A morte de Floriano Peixoto em junho de 1895 contribuiu imensamente para o agravamento do quadro político. Sepultado como herói nacional, e considerado pelos seus fiéis seguidores como o ideal de dirigente político, o elogio fúnebre dos florianistas era uma crítica direta e dura ao governo de Prudente de Moraes, visto pelos radicais como excessivamente permissivo e pouco determinado para conter a onda monarquista que os jacobinos acreditavam ter ressurgido vigorosamente. A morte de Moreira César na guerra contra os conselheiristas, sendo ele um ilustríssimo integrante do Exército e adepto da facção radical dos militares, explodiu como uma verdadeira bomba no cenário político da capital. Uma de suas consequências mais trágicas foi ter posto Antônio Conselheiro e seu arraial no centro da arena que oporia decisiva e definitivamente projetos políticos contrários mais nos métodos do que nos princípios. Seja como for, a solução inconciliável desse conflito precisou destruir Canudos para provar que, afinal, todos lutavam em nome da República.

### ***O segredo do massacre: jacobinos da capital contra a Vendéia sertaneja***

A retomada, pelos jacobinos, da oposição Monarquia *versus* República como base das preocupações e dos ferozes ataques que passariam a dirigir a Prudente de Moraes depois da morte de Moreira César, nada mais fez que acirrar as disputas políticas em curso e, principalmente, fornecer munição para alimentar suspeitas sobre os verdadeiros propósitos do novo governo. Frágil e sem um programa político concreto para levar adiante a restauração do Império, o Partido Monarquista fora fundado em fins de 1895 em São Paulo e, em janeiro de 1896, na capital federal, onde recebeu o nome de Centro Monarquista do Rio de Janeiro. Composto por um grupo minoritário de “antigos políticos de expressão, obscuros políticos de província, funcionários vinculados à burocracia, portadores de títulos nobiliárquicos e jornalistas da imprensa partidária”<sup>22</sup>, todos se uniram fundamentalmente em torno do ressentimento produzido pelo fim do prestígio e dos privilégios que desfrutavam no tempo do Império, e, numa conjuntura politicamente instável, acabaram tendo seu poder real superdimensionado, quando não

<sup>20</sup> *Mensagem do Governador da Bahia, Sr. Luiz Vianna, ao Presidente da República*, 1897, p.3.

<sup>21</sup> Para uma análise da composição e dos objetivos desse grupo, ver Suely Robles R. Queiroz, *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897*, São Paulo, Brasiliense, 1986,

<sup>22</sup> Para uma análise mais detalhada da composição e da atuação do grupo, ver Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os subversivos da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

utilizado pelos republicanos para encobrir seus próprios problemas internos, como ocorreu no caso de Canudos.

A forma trágica e inesperada como tombara um valoroso membro do Exército nacional caíra como uma luva para a oposição cada vez mais radical dos jacobinos, que, atônitos, viam o novo governo operar um verdadeiro processo de desmilitarização das instituições republicanas. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para a obtenção de créditos externos e o interesse pela continuidade do fluxo migratório italiano levaram Prudente de Moraes a firmar acordos internacionais que os jacobinos consideravam lesivos para os brios nacionais. Mas nada pareceu mais descabido e insultuoso para a oposição jacobina que o reatamento, em 1895, das relações diplomáticas com Portugal, cortadas desde que Saldanha da Gama, declarado monarquista e chefe da Revolta da Armada, refugiou-se em um navio português. Portugal representava para os radicais todo um passado de atraso e vergonha monárquico que era preciso definitivamente superar. O reatamento de laços políticos e comerciais com um país que nos acorrentara a um regime ultrapassado e que ainda vivia governado por um monarca foi considerado um acinte intolerável e uma prova quase cabal de estranhas e suspeitíssimas alianças com elementos do antigo regime. Foi como parte deste quadro que, para os jacobinos, o sinistro acontecimento de março de 1897 desvendava, enfim, o sentido de uma trama que parecia urdida dentro do próprio governo.

Mais uma vez, se olharmos atentamente para os arranjos políticos do momento, percebemos como foi relativamente simples e operacional, para o discurso radical, usar a derrota de Moreira César para fundamentar ataques frontais a Prudente de Moraes. Luiz Vianna era um velho aliado do presidente e antigo opositor de Manuel Vitorino, baiano feito vice-presidente na chapa que levou os paulistas à presidência da República. A confirmar a força do reaproveitamento deste embate local no dramático cenário da política nacional posterior a março de 1897, vale lembrar que exatamente em março Prudente de Moraes estava licenciado para tratamento de saúde e Manuel Vitorino, respondendo pela presidência, não poupou críticas ao descaso com que o governo baiano tratara, até aquele momento, a comunidade de bandidos reunidos em Canudos.

A Luiz Vianna não restava alternativa senão procurar transferir a responsabilidade da tragédia que manchava a Bahia e o Exército brasileiro. Arguto, culpou a falta de preparo e previsão dos dois militares que comandaram as duas primeiras expedições. Ainda na Mensagem enviada à Presidência da República, Luiz Vianna afirmava que “chegaram naturalmente ao governo de meus antecessores os rumores e as queixas dessa situação anormal”, que enviaram contra o séquito conselheirista “duas pequenas expedições policiais malogradas, [desastres que] acentuaram definitivamente os maus sentimentos e intuítos da horda fanática”.<sup>23</sup> Ora, vimos que, para os governadores anteriores, os sertanejos de Canudos não representavam qualquer ameaça à República, e no caso da “tropa” de 1893, ela foi reduzida e local, mesmo porque para que se justificasse uma intervenção federal era preciso uma solicitação direta do governador, o que significava uma demonstração-limite de incapacidade para o restabelecimento da ordem estadual.

---

<sup>23</sup> Antes da eleição de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, em 1892, o governo baiano fora confiado a Manuel Vitorino, nomeado governador pelo poder central, em 1889, seguido por José Gonçalves e por Joaquim Leal Ferreira, chefe de divisão reformado que garantiu a transição para o primeiro governador eleito. As citações são da *Mensagem do Governador da Bahia, Sr. Luiz Vianna, ao Presidenta da República*, 1897.

Vimos que o motivo do que foi considerada a primeira de quatro expedições contra Canudos se deveu, provavelmente a desentendimentos locais sobre a compra e a entrega de certa quantidade de madeira para o arraial, em fins de 1896. Destratado pelos homens do Conselheiro, o juiz Arlindo Leoni teria solicitado o envio de tropas policiais para punir os conselheiristas. Comandada pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, em novembro de 1896 cerca de 120 soldados foram vencidos pelos canudenses. A essa primeira e inesperada derrota seguiu-se, poucos dias depois, uma segunda expedição, liderada pelo major Febrônio de Brito e reunindo aproximadamente 600 homens, canhões e metralhadoras. Nesta expedição os atritos entre o governador Luiz Vianna e o general Frederico Solon Sampaio Ribeiro, comandante do Terceiro Distrito Militar começavam a indicar como o combate a Canudos alimentaria a animosidade entre os aliados do presidente e os radicais do Exército. Inconformado com o que considerava uma intromissão inaceitável e desnecessária nos assuntos baianos, Luiz Vianna fez questão de continuar dirigindo o cerco aos conselheiristas, mas pagaria caro pela vitória política que levou à exoneração do general Solon. Derrotado em janeiro de 1897, depois de mais de um mês de caminhada em terreno árido e quatro dias de batalha, Febrônio de Brito teve dificuldades para explicar como soldados bem armados haviam sido derrotados por homens que lutavam com foices, facões, forquilhas e velhas espingardas.

Luiz Vianna encontrou na falta de informações do major sobre a verdadeira dimensão do reduto e da periculosidade dos sertanejos acoitados em Belo Monte a causa para o imprevisto desbarate das forças legais. “A confiança no bom êxito da diligência com as forças de que dispunha, manifestou-a sempre o major Febrônio desde os primeiros preparativos”, afirmava o governador. E concluindo: “Diante de tudo isso não era lícito ao governo duvidar, em nenhum momento do êxito da expedição...”.<sup>24</sup> Mas a derrota e a acusação de incompetência do major, um aliado da ala radical do Exército, pioraram ainda mais as relações entre os dois grupos políticos. Ironicamente pressionado pelo desastre do grupo opositor, Luiz Vianna se viu praticamente obrigado a aceitar a indicação do nome do ultra-radical Moreira César para o que se pensava ser a última expedição contra os subversivos de Canudos. A nomeação do afamado coronel era uma questão de honra para a recuperação rápida e definitiva dos brios do Exército. Na verdade, o que estava em jogo agora não era apenas a intervenção do governo federal na política local, mas o comando simbólico das forças que tinham o poder real de lutar contra os adversários da República.

A derrota da terceira expedição foi um duro golpe, àquela altura imprevisível, no fragilíssimo equilíbrio de forças políticas da primeira fase da vida republicana. Definitivamente ultrajados, os radicais não poupariam críticas e acusações àqueles que demonstravam empenho duvidoso em, de fato, destruir o que passou a ser considerado um verdadeiro antro restaurador. Para Luiz Vianna e para o grupo de Prudente de Moraes, que voltou à presidência em abril de 1897, a derrota significou a necessidade urgente de conter a oposição e impedir a tomada do poder através de um golpe, estratégia claramente legítima para os jacobinos. Para Antônio Conselheiro e seus adeptos, a derrota de Moreira César selaria sua sentença de morte.

A força dos jacobinos, provavelmente aliada ao impacto e ao assombro causados pela morte de um bravo da estatura de Moreira César, incendiou a imprensa carioca e não deixou

---

<sup>24</sup> Idem.

saída para o governo senão o compromisso com a destruição impiedosa dos subversivos. A notícia da morte do coronel chegou à capital em 7 de março e dois dias depois *O Estado de S. Paulo*, partidário de Prudente de Moraes, alardeava:

“( ... ) Que o presidente da República não se iluda sobre o sentido da agitação latente em grande parte do território brasileiro e, apenas na Bahia, em armas. Trata-se da restauração; conspira-se, forma-se o exército imperialista ( sic ) (...). Em grande parte do Brasil trama-se contra a República e o movimento da Bahia é exclusivamente uma manifestação desse trabalho”<sup>25</sup>.

No dia seguinte o mesmo jornal afirmava que eram os restauradores os importadores das armas que chegavam ao arraial, já que a essa altura não se concebia mais que sertanejos mal alimentados e mal armados pudessem ter posto a perder uma ofensiva militar liderada por um militar cuja atuação carregava a marca dos fuzilamentos dos federalistas no sul do país. Só um complô de grande porte, e provavelmente internacional, poderia justificar tamanha afronta: “O momento não permite tolerância nem comporta condescendência, porque a guerra movida à República é sem tréguas”. Se para um órgão de imprensa aliado a certeza de que o movimento restaurador tinha na Bahia seu quartel-general deveria ser encarada com atenção, para os jacobinos era a prova de que precisavam para atacar sem meias palavras o governo e o próprio presidente: “...o plano restaurador urdido como sabeis com o inteiro conhecimento e franca proteção do fazendeiro de Piracicaba, já deixou cair a máscara religiosa com que o prepararam”<sup>26</sup>.

O clima de conspiração e incerteza tomou conta do Rio de Janeiro e acabou conferindo à facção monarquista remanescente \_\_ frágil, heterogênea e sem projeto \_\_ uma força muito superior ao perigo que, de fato, representava: a rigor, nenhum. O empastelamento de jornais como *O Apóstolo*, *Liberdade* e *Gazeta da Tarde* \_\_ os dois últimos de Gentil de Castro, um reconhecido monarquista que acabou morto pelos radicais \_\_ fez do centro da cidade um verdadeiro campo de batalha entre patriotas e restauradores. Reapropriado pelos jacobinos, o discurso que transformara Canudos num foco revolucionário e perigosamente subversivo incendiou a arena política, tornando o extermínio do arraial conselheirista o único meio capaz de provar o compromisso do governo eleito com os princípios republicanos. Os ataques dos jacobinos eram diretos e passaram a exigir uma imediata tomada de posição do governo. Uma semana depois da morte de Moreira César, *O Jacobino* afirmava:

“Sim, foi pela República que verteu o seu sangue este mártir do dever e da honra, cuja dedicação o levou aos ínvios sertões da Bahia, a combater a horda restauradora, alugada do sr. Conde d’Eu e açulada pelo sebastianismo retrógrado. (...) Qual o maior causador do desaparecimento destas dezenas de vidas? (...). É única e exclusivamente aquele que infelizmente dirige os destinos desta grande Nação”<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> *O Estado de S. Paulo*, 9 de março de 1897, apud Suely Robles Reis de Queiroz, *op. cit.*, p.45.

<sup>26</sup> *O Jacobino*, 8 de maio de 1897.

<sup>27</sup> *O Jacobino*, 13 de março de 1897.

A precipitação da oposição em localizar em Canudos o centro irradiador de uma conspiração internacional e anti-republicana eliminou qualquer possibilidade de investigação sobre as verdadeiras propostas dos conselheiristas. A identidade entre os princípios restauradores e “o sebastianismo retrógrado”, aqui entendido como sinônimo de defesa da volta da monarquia representada pela figura do rei deposto pelo novo regime, espelha, sob nova forma, uma releitura sobre a crença sebastica, tecida em Portugal depois do desaparecimento de D. Sebastião em guerra contra os mouros, no remoto ano de 1578. Em fins do século XIX o sebastianismo, considerado invencionice estúpida da ignorância popular, continuava herdeiro dos estigmas que lhe haviam atribuído os ilustrados do século XVIII, mantendo-se como sinônimo de atraso para os adeptos da nova “Religião da Humanidade” preconizada por Auguste Comte. Inegavelmente apegada à imagem da monarquia deposta, Antônio Conselheiro pregava a volta de D. Pedro II e de toda a família real, únicos governantes legítimos, porque sagrados, para continuar a dirigir o país, explicitando, talvez, uma compreensão difusa e ainda pouco estudada do sebastianismo no Brasil<sup>28</sup>. Mas todo e qualquer recurso, fosse ele puramente retórico ou não, tinha como objetivo principal deslegitimar a liderança de Prudente de Moraes e desestabilizar o governo.

Contudo, a arriscada estratégia dos jacobinos para minar o poder dos civis não demoraria a se mostrar equivocada e fazer dos radicais presas de sua própria armadilha. Inflamando a nascente opinião pública e dando cores revolucionárias a qualquer episódio que pudesse ser usado em proveito de uma luta especificamente política, fizeram do extermínio de Canudos a prova necessária e definitiva para que o governo pudesse demonstrar sua vocação republicana. Prudente de Moraes, em sua Mensagem ao Congresso Nacional em maio de 1897, assumiu a interpretação jacobina quanto aos objetivos dos fiéis de Antônio Conselheiro e se comprometeu a não poupar esforços para eliminar os subversivos, afirmando

“...a causa da legalidade e da civilização, em breve vencerá a ignorância e o banditismo. Canudos vai ser atacado em condições de não ser possível um novo insucesso: dentro em pouco a divisão do Exército, ao mando do General Arthur Oscar, destruirá os que ali estão envergonhando a civilização.”<sup>29</sup>

O discurso presidencial não assumia explicitamente a identidade monarquista dos conselheiristas e preferia ressaltar a oposição entre civilização e barbárie para enquadrar o sentido maior da luta a ser travada no sertão da Bahia. Esta grade interpretativa se assemelharia àquela que Euclides da Cunha acabaria escolhendo para dar suporte à narrativa d’ *Os sertões*, marcando uma guinada na apropriação política do sentido da resistência sertaneja e fazendo de Canudos um episódio dramático, mas precioso, para a reflexão sobre a identidade nacional. É preciso lembrar, entretanto, que também Euclides, no calor das pressões jacobinas, embora fosse um adversário do jacobinismo e dos métodos violentos usados pelos florianistas<sup>30</sup>,

<sup>28</sup>Para uma análise do contexto que ensejou o surgimento do sebastianismo em Portugal, ver Jacqueline Hermann, *No reino do desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

<sup>29</sup> *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente Prudente de Moraes*, 1897, p.151.

<sup>30</sup>Ex-aluno de Benjamin Constant e oriundo da Escola Militar da Praia Vermelha, Euclides da Cunha se desiludira com os radicais, de quem se queixou em carta ao sogro, o mesmo coronel Sólon Ribeiro que disputara com Luiz Vianna a liderança da terceira expedição: “Imagine o senhor que o Benjamin (Constant), o meu antigo ídolo, homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear ( ... ) perdeu a auréola, desceu à

escrevera artigos jornalísticos que tomavam a reunião da comunidade em Belo Monte como um indiscutível centro restaurador. A marca do determinismo geográfico para compreender “A Nossa Vendêa” aparece já em março de 1896, quando procurava explicar a força desses “nossos patrícios do sertão” pela necessidade de adaptação à aspereza do solo e à “rude escola de dificuldades e perigos” nos quais eram moldados. E concluía:

“o homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendêa o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habitualmente aproveitada pelos propagandistas do império”<sup>31</sup>.

Assim, num primeiro momento, a campanha jacobina conseguiu unificar as interpretações sobre o perigo representado pelo arraial sertanejo, coroando o esforço dos florianistas de fazer da primeira etapa da vida republicana brasileira um tempo de mudanças profundas, onde civilização e barbárie se enfrentaram através de republicanos e monarquistas. Forjando um discurso revolucionário que em nome de bandeiras positivistas acabou importando termos caros às lutas políticas da Revolução Francesa como jacobinismo e Vendéia, os radicais procuraram trazer para o Rio de Janeiro do final do século XIX o clima e as tensões que perpassaram a agonia do Antigo Regime na França. Imagem inegavelmente emblemática, serviu tanto para valorizar heróis como inimigos e tornar o contexto ainda mais dramático.

A analogia estabelecida por Euclides da Cunha entre a Vendéia francesa e a Vendéia sertaneja capturou a essência do confronto estimulado pelo discurso dos radicais. A guerra francesa da Vendéia foi a mais violenta e simbólica luta entre a Revolução e o Antigo Regime no ano de 1793. O combate entre cidade e campo, entre a República e o rei, podia ser facilmente comparável à resistência dos sertanejos diante das forças legais, resistência que expunha, tal como no caso francês, os obstáculos concretos para a reconstrução do novo regime. Mas se a falta de armamentos e a ausência de uma estratégia de luta podiam, mais uma vez, aproximar os dois episódios, a presença de chefes militares, padres e monarquianos (reformistas de primeira hora que logo se viram obrigados à dispersão) no “primeiro exército católico e monarquista” na Vendéia francesa, eliminava a possibilidade de uma comparação mais consistente. A utilização simbólica dessa imagem da resistência ao Antigo Regime lembrada por Euclides da Cunha poderia ser preciosa, mas talvez por ignorância, tenha sido pouco aproveitada pelos jacobinos.

Quanto a estes, acredito que ainda está por fazer uma análise mais cuidadosa dos caminhos que acabaram levando à escolha desse termo para a classificação dos florianistas. Antes de ser um conceito ou uma tradição, como diz François Furet, a palavra jacobinismo evoca a história de um clube de atuação que só se tornou mais presente entre os anos de 1792 e 1794, quando então passou a designar os partidários da ditadura de salvação pública. As similitudes entre os dois “clubes” são de fato notáveis. Reunião seleta de seus integrantes, origem parlamentar de quase todos os seus membros ( no caso brasileiro, militar), luta sem tréguas pela

---

vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado — justamente desmoralizado”, *apud* Nicolau Sevcenko, *A literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p.153.

<sup>31</sup>Euclides da Cunha, *Diário de uma expedição*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1939, p. 166-167.

manutenção do novo regime, mesmo que para isso fosse necessário o abandono dos princípios democráticos que originalmente norteavam os dois sistemas. Tanto Robespierre como Floriano Peixoto acabaram se afastando da liderança de uma sociedade política para chefiar uma verdadeira milícia e lutar pelo que entendiam ser a Revolução<sup>32</sup>.

Porém, para o que aqui nos interessa mais de perto, parece não haver dúvida que foi a partir desse contexto e da criação de um clima conspiratório e revolucionário que o governo federal preparou a quarta e última expedição para destruir, “destróçar” Canudos, como diria o presidente. Pouco interessado nas reais motivações para a reunião de um grupo de seguidores do beato Antônio Conselheiro, e sem qualquer preocupação em comprovar a dimensão do verdadeiro perigo representado pelo arraial, Prudente de Moraes se viu diante da urgência do extermínio. Eliminar os canudenses passou a ser uma questão crucial para a sobrevivência política do projeto civil, e àquela altura paulista, de consolidação da República no Brasil. Diferentemente das três primeiras expedições, esta última foi estrategicamente planejada e contou com forças mobilizadas em diversos pontos do país. Comandada pelo general Arthur Oscar de Andrade Guimarães — um “florianista vermelho” que, segundo acreditavam seus aliados, liquidaria sem demora o perigoso foco monarquista —, a quarta expedição à Canudos reuniu quase 10.000 soldados e o mais moderno armamento bélico disponível. Mas nem assim foi fácil debelar os revoltosos, já que esta etapa final da guerra durou mais de seis meses. Preparada desde de março de 1897, só teria fim em outubro desse mesmo ano, sem a rendição dos subversivos e sem a comprovação de que o arraial servia diretamente à causa restauradora.

Não entrarei aqui na minúcia do que foram os sangrentos ataques travados entre soldados e conselheiristas nesta expedição. Muitos já o fizeram e o relato das dificuldades de arregimentação de soldados no interior dos estados vizinhos, dos problemas de abastecimento e de todas as consequências decorrentes do desconhecimento da geografia e da flora local nos afastaria da análise do contexto político que levou ao extermínio de Canudos. Durante todo o desenrolar da quarta expedição Canudos não deixou de ocupar o noticiário da capital e os informes do general Arthur Oscar sobre os avanços do Exército na região não deixaram de ressaltar a grandeza do papel das forças militares na consolidação dos princípios republicanos. A marca da luta entre jacobinos e o grupo de Prudente de Moraes esteve presente mesmo nos momentos mais dramáticos do combate, no cotidiano das tropas e no sentido primordial da guerra.

Em fins de setembro a derrota dos canudenses estava definida. Com a morte de Antônio Conselheiro no dia 22, a capacidade de resistência dos sertanejos dava mostras inquestionáveis de que chegara ao seu limite. Em 1º de outubro um poderoso ataque ao arraial levou à primeira tentativa de acordo com as tropas legais. Antônio Beatinho — como nome já diz, um fiel seguidor do beato-mor de Canudos — tentou negociar uma proposta de paz com os generais de Arthur Oscar. Porém, como todos os demais sobreviventes encontrados nos escombros de Belo Monte, foi degolado. Depois de obrigado a saudar a República, como todos os outros, morreu exclamando: “Viva o Conselheiro!” No dia 5 de outubro de 1897 Canudos foi invadido pelas tropas do Exército em busca do corpo do Conselheiro, encontrado no dia seguinte. Apesar das

---

<sup>32</sup>Para uma abordagem compacta e resumida dos episódios e personagens da Revolução Francesa, utilizei o *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, organizado por François Furet e Mona Ozouf, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.



controvérsias sobre a verdadeira identidade do morto encontrado, sua cabeça foi enviada à Faculdade de Medicina da Bahia para estudo. Lá foi examinada pelo precursor das teorias que pregavam a degenerescência da mistura das raças, Nina Rodrigues, que concluiu que “o crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência: é um crânio de mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes...é pois um crânio normal”<sup>33</sup>.

À falta de embasamento científico para justificar a ferocidade do ataque veio somar-se a ausência de quaisquer documentos que indicassem o compromisso dos canudenses com uma conspiração monárquica organizada. Nas ruínas do que fora o arraial, nenhum papel comprometedor, nenhuma prova que incriminasse os sertanejos da Canudos foi encontrada. Um caderno com manuscritos atribuídos ao Conselheiro achado no local também em nada podia denunciar algum compromisso político suspeito, exceto por um dos textos, chamado “Sobre a República”<sup>34</sup>. Festejada na capital, a vitória sobre os fiéis do Conselheiro — orientada pelo próprio presidente da República e, em sua fase final, dirigida pelo ministro da Guerra em pessoa, o marechal Machado Bittencourt — contaminou o discurso jacobino com o seu próprio veneno. Se para demonstrar a fidelidade aos ideais republicanos era preciso eliminar um antro perigoso de monarquistas, aí estava a prova definitiva. Inconformados com o golpe recebido, os radicais tentaram uma reação desesperada: um mês depois da vitória sobre os canudenses, Prudente de Moraes sofreu um atentado quando recepcionava dois batalhões que chegavam de Canudos. O erro do ataque fez do presidente um herói, feriu mortalmente o ministro da Guerra e destruiu a legitimidade do discurso e da luta dos radicais.

Assim, curiosa e ironicamente, os jacobinos também foram derrotados com o aniquilamento dos conselheiristas em 1897, e acabaram tragados pela onda violenta e radical que ajudaram a construir. As investigações sobre o atentado comprovaram a participação de militares de diversas patentes e a certeza de que fora resultado de sólida e antiga conspiração golpista que não se restringia ao presidente, pois incluía a eliminação de governadores e políticos aliados a Prudente de Moraes.

Obedecendo à lógica das conspirações, tanto o superdimensionamento do perigo representado por Canudos como a forte estrutura conspiratória apontada pela investigação do atentado parecem conter o exagero que normalmente informa estes acontecimentos. Seja como for, no que toca especificamente a Canudos, da projeção pública e nacional que conheceu desde março de 1897, até sua destruição, em outubro deste mesmo ano, as vozes que clamavam pela necessidade do extermínio pareciam unidas, mesmo que a convicção nem sempre estivesse ancorada numa observação atenta do que era e do que, realmente, representava aquele grupo de sertanejos despossuídos. Transformados em alvo de uma disputa política que decerto desconheciam, Antônio Conselheiro e seus fiéis foram mortos em nome da ordem e do progresso, se optarmos por uma leitura mais superficial dos acalorados discursos que tomaram conta do cenário político deste momento. Mas ao aprofundarmos um pouco a análise desta

---

<sup>33</sup> Nina Rodrigues. *As coletividades anormais*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939, p.131-133.

<sup>34</sup>Esta pregação faz parte de um conjunto de textos atribuídos a Antônio Conselheiro e publicados por Ataliba Nogueira em *Antônio Conselheiro e Canudos*. 2a.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. Coleção Brasiliana, vol. 355. Neste texto fica explícita a postura monarquista do Conselheiro, a condenação ao casamento civil e o seu entendimento de que o objetivo da República era acabar com a religião.

conjuntura, concluímos que os sertanejos foram mortos em nome da República e de todos os abstratos princípios que a norteavam, embora o verdadeiro desafio para o enfrentamento armado tenha partido menos da certeza da ameaça representada pelos “inimigos” e mais, muito mais, das disputas travadas dentro do palácio do governo, na capital federal. Não foi, portanto, uma guerra ideológica que opôs civilização e barbárie, a raiz da guerra a Canudos. Mas uma guerra bem menos edificante e nobre que, longe das reflexões sociológicas e científicas, colocava em pauta métodos ainda pouco civilizados para a manutenção do poder. A falta de investigação sobre a natureza do agrupamento dos canudenses e a forma extremamente violenta e sumária como foram eliminados demonstram a dificuldade de adaptação de um discurso que pregava uma ordem democrática e liberal a uma prática ainda autoritária e discriminatória para lidar com os inimigos.

### ***Palavra final sobre a fabricação do inimigo***

Canudos foi destruída e até o seu fim nenhuma voz do mundo “civilizado” veio em seu auxílio. Constatado o erro de avaliação, o extermínio dos conselheiristas tornar-se-ia uma mancha que até hoje os representantes do Exército procuram esconder, seja através de depoimentos sobre a bravura de seus combatentes, seja através do silêncio. Mas, de março a outubro de 1897, Canudos foi transformado em uma ameaça inquestionável, quase indomável, aterradora. Depois dessa data, o sentido da luta dos canudenses voltou a ser reinterpretado de diferentes maneiras, servindo sempre a critérios e classificações importantes para os intérpretes da ocasião, embora poucas vezes tenham conseguido ultrapassar os limites impostos pela escassez documental, não raro substituída pelas convicções ideológicas de seus autores.

Nada mais natural que a grandeza do episódio e o número suposto de mortes numa das mais cruentas guerras fratricidas que o Brasil conheceu continuem a desafiar pesquisadores nestes cem últimos anos. A interpretação aqui proposta não pretendeu jamais desmerecer ou desqualificar a luta dos canudenses, até porque a análise do sentido da aglomeração dos sertanejos em Belo Monte não foi o objeto deste artigo. A questão política, aqui aprofundada e revalorizada, pretendeu tão somente contextualizar mais detidamente a conjuntura que, segundo acredito, foi a verdadeira causa da guerra contra Canudos. Claro que não temos como saber o que teria acontecido aos sertanejos se estes não tivessem se transformado em inimigos da nação pelo discurso jacobino, mas o que talvez possamos afirmar é que as causas da guerra pouco, ou nada, tiveram a ver com as possíveis razões para a reunião daquele grupo de sertanejos numa fazenda abandonada do sertão baiano. Por outro lado, não se pode esquecer que a grandiosidade do movimento será sempre tributária do valor que lhe deram seus algozes. Reconheço que esta hipótese é um tanto desmistificadora e pode parecer contrafactual ou ingenuamente polêmica. Mas acredito que desconsiderá-la não nos ajudará a compreender melhor nem a guerra, nem o significado de Canudos em nossa história.

*(Recebido para publicação em outubro de 1996)*